



Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 18471.002094/2004-11
Recurso nº : 143.001
Acórdão nº : 204-02.996

MF - Segundo Conselho de Contribuintes
Publicado no Diário Oficial do dia 13/08/08
Rubrica 0.

2º CC-MF
FI.

Recorrente : DRJ NO RIO DE JANEIRO II - RJ.
Interessada : Wilson Sons Agência Marítima Ltda.

COFINS. NÃO-CUMULATIVA . GLOSA DE CRÉDITOS

Os créditos legalmente adquiridos pelo contribuinte, devidamente registrados na contabilidade e declarados à SRF, em instrumento próprio, devem ser considerados no curso da fiscalização para abater do valor da contribuição a ser lançada de ofício.

Recurso de ofício negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso de ofício interposto pela DRJ NO RIO DE JANEIRO II - RJ.

ACORDAM os Membros da Quarta Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso de ofício.** Esteve presente o advogado da interessada, Dr. Sérgio Piqueira Pimentel Maia.

Sala das Sessões, em 12 de dezembro de 2007.

Henrique Pinheiro Torres
Henrique Pinheiro Torres
Presidente e relator

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
CONFERE COM O ORIGINAL

Brasília, 10 / 11 / 08

Maria Luzinir Novais
Maria Luzinir Novais
Mat. Siapc 91641

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Jorge Freire, Airton Adelar Hack, Mônica Monteiro Garcia de Los Rios (Suplente), Leonardo Siade Manzan e Júlio César Alves Ramos.

Ausente justificadamente a Conselheira Nayra Bastos Manatta.



Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 18471.002094/2004-11
Recurso nº : 143.001
Acórdão nº : 204-02.996

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

CONFERE COM O ORIGINAL

Brasília. 10 / 11 / 08

Maria Lúzimara Novais
Mai. Siga 41641

2º CC-MF
Fl.

Recorrente : DRJ NO RIO DE JANEIRO II - RJ.

RELATÓRIO

Por bem relatar os fatos em tela, adoto e transcrevo o Relatório da Delegacia da Receita Federal de Julgamento:

"A empresa qualificada em epígrafe foi autuada em virtude de falta de recolhimento de PIS do período de 01/01/2000 a 31/08/2004.

Conforme descrição dos fatos, às fl. 13, e demonstrativos de fls. 16/21, o autuante constituiu o crédito tributário no valor de R\$751.754,65 sendo R\$398.499,83 de contribuição, R\$54.380,06 de juros de mora e R\$298.874,76 de multa proporcional à contribuição.

A base legal do lançamento encontra-se descrita às fls. 13 e 15.

Devidamente científica, em 06/12/2004, conforme declaração firmada no próprio corpo do auto de infração de fls. 12/21, a interessada apresentou em 05/01/2005 a impugnação de fls. 28/31, na qual alegou que:

1. as diferenças verificadas nos anos-calendário de 2000 e 2001 devem-se à compensação com valores pagos indevidamente no ano-calendário de 1999, quando recolhera o PIS sobre receitas de exportação de serviços;
2. objetivando demonstrar a relação de Notas Fiscais de Serviços com os respectivos contratos de câmbio, elaborou planilha, ora juntada;
3. põe à disposição desta Colenda Turma os documentos inerentes ao período, para, se assim entender, determinar a produção de prova pericial;
4. não foram considerados pela Fiscalização os créditos inerentes ao período não-cumulativo, na forma do art. 3º da Lei nº 10.637/02, nem os Darf, comprovando recolhimentos;
5. objetivando demonstrar não haver débito com a Fazenda Pública Nacional, junta aos autos todas as guias de recolhimento.

A impugnante requer, enfim, a improcedência do lançamento efetivado por meio do auto de infração, a fim de desonerar o contribuinte de todos os créditos constituídos."

Os membros da Delegacia da Receita Federal sintetizaram a deliberação adotada por meio da seguinte ementa:

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP

Período de apuração: 01/01/2000 a 31/08/2004

Compensação. Não Comprovada. Lançamento de Ofício.

Cabe o lançamento de ofício quando não comprovada a regular compensação do crédito, prévia ao início do procedimento fiscal, seja pela falta de comprovação do crédito líquido e certo, seja pela inobservância das normas pertinentes ao instituto da compensação.

PIS período não-cumulativo. Descontos de Créditos. Lançamento de Ofício.



Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 18471.002094/2004-11
Recurso nº : 143.001
Acórdão nº : 204-02.996

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES	
CONFERE COM O ORIGINAL	
Brasília.	10 / 11 / 09
Maria Luzimara Novais Mat. Siape 91641	

2º CC-MF
FL

Os créditos legalmente adquiridos pelo contribuinte, devidamente registrados na contabilidade e declarados à SRF, em instrumento próprio, devem ser considerados no curso da fiscalização a fim de determinar o PIS a pagar.

Pagamento. Extinção do crédito.

O pagamento, realizado no vencimento e devidamente comprovado, extingue o crédito tributário e torna insubstancial qualquer lançamento posterior.

Lançamento Procedente em Parte.

Em atendimento ao disposto no art. 34 do Decreto nº 70.235, de 1972 e alterações introduzidas pela Lei nº 9.532 de 1997 e Portaria MF nº 375, de 2001, a DRJ do Rio de Janeiro II/RJ recorreu de ofício a este Conselho.

É o relatório.



Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 18471.002094/2004-11
Recurso nº : 143.001
Acórdão nº : 204-02.996

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
CONFERE COM O ORIGINAL

Brasília,

10 / 11 / 08

Maria Luzimara Novais
Mat. Série 91641

2ª CC-MF
Fl.

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR
HENRIQUE PINHEIRO TORRES

A teor do relatado, a matéria posta em julgamento versa sobre recurso de ofício interposto em razão de autoridade julgadora de primeira instância haver cancelado o lançamento fiscal por entender que os créditos legalmente adquiridos pelo contribuinte, devidamente registrados na contabilidade e declarados à SRF, em instrumento próprio, devem ser considerados no curso da fiscalização a fim de determinar o PIS a pagar.

A meu sentir, não merece reparo a r. decisão, pois, de fato, não foram considerados pela Fiscalização, os créditos, apurados na forma do art. 3º da Lei 10.833/2003, a que a reclamante fazia jus.

De outro lado, como bem asseverou a decisão recorrida, a Fiscalização não trouxe aos autos qualquer motivação para a glosa dos mencionados créditos, créditos esses que foram declarados em DACON, fls. 42/186, e não refutados fundamentadamente pela autuante.

Com essas considerações, adoto aqui os mesmos fundamentos da decisão recorrida e nego provimento ao recurso de ofício.

Sala das Sessões, em 12 de dezembro de 2007.

HENRIQUE PINHEIRO TORRES